



S.

R.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Procuradoria-Geral da República recebeu um documento anónimo cuja autenticidade não está minimamente comprovada e onde se levantam suspeições e se fazem insinuações e acusações.

Apesar de nenhuns elementos probatórios terem sido indicados e da esmagadora maioria dos factos já constituírem objecto de processos em curso, a Procuradoria-Geral da República ordenou de imediato um inquérito, nomeando para o efeito um magistrado do Ministério Público que irá ser coadjuvado por uma equipa, tal como oportunamente foi comunicado.

A Procuradoria-Geral da República quer salientar três aspectos:

- 1 – Tudo o que seriamente deva ser investigado sê-lo-á sem qualquer hesitação;
- 2 - Existe absoluta e total confiança nos magistrados do Ministério Público intervenientes no processo conhecido por “Apito Dourado”;
- 3 – Quaisquer manobras que venham a ser detectadas e que tenham por único fim descredibilizar o Ministério Público, a Polícia Judiciária e as equipas constituídas não produzirão, certamente, os efeitos pretendidos e serão alvo de investigação para apurar os seus verdadeiros autores.

Lisboa, 16 de Agosto de 2007

O Gabinete de Imprensa

Ana Lima